

# VI Colóquio Internacional

“Educação e Contemporaneidade”



São Cristovão-SE/Brasil  
20 a 22 de setembro de 2012

## A MODERNA TECNOLOGIA E A EDUCAÇÃO NO IMPASSE ENTRE A ESCRITA MANUSCRITA/CURSIVA E A ESCRITA DIGITAL

Débora dos Santos Vianna<sup>i</sup>  
Josevânia Teixeira Guedes<sup>ii</sup>  
Tânia Maria da Conceição Meneses Silva<sup>iii</sup>

Eixo 8 - Tecnologia, Mídias e Educação

### RESUMO

O presente estudo sobre a moderna tecnologia e a educação no impasse entre a escrita manuscrita/cursiva e a digital tem o objetivo de discutir sobre a educação frente à moderna tecnologia e, mais exatamente, o ensino da língua portuguesa nas séries do Ensino Fundamental, tendo em vista o impasse criado entre a utilização da escrita manuscrita/cursiva e a escrita digital a partir da evolução histórica do processo educacional brasileiro; o advento da moderna tecnologia em sala de aula e suas consequências sobre a escrita/manuscrita tradicional no papel e o consequente abandono de recursos tradicionais como o papel, a caneta e o lápis. Para o referencial teórico, busca-se os seguintes autores: Amaral (2010), Litwin (2007), Castells (1999), Soares (2002), Coscarelli e Ribeiro (2011), Schuck et al (2007) e outros.

**Palavras-chave:** Educação. Tecnologia. Escrita Cursiva. Escrita Digital.

### ABSTRACT

El presente estudio sobre la tecnología moderna y la educación en el impasse entre la escritura a mano / objetivos cursivas y digitales para debatir sobre el frente de la educación de la tecnología moderna y, más concretamente, la enseñanza del portugués en los grados de la escuela primaria, con el fin de el impasse entre el uso de la escritura / escritura cursiva y digital de la evolución histórica del proceso educacional brasileño, el advenimiento de la tecnología moderna en el aula y su impacto en la escritura a mano / tradicional en papel y el consiguiente abandono de los recursos tradicionales como el papel, pluma y lápiz. Para el teórico, trata de los siguientes autores: Amaral (2010), Litwin (2007), Castells (1999), Smith (2002), Coscarelli y Ribeiro (2011), Schuck et al (2007) y otros.

**Keywords:** Educación. Tecnología. Escritura cursiva. La escritura digital.

## INTRODUÇÃO

A educação está à frente de toda a atividade humana, mesmo quando ainda não sistematizada. A civilização e a educação evoluem paralelamente e, enquanto isto, o processo ensino-aprendizagem busca o aperfeiçoamento, seja pelos estudos de teóricos e experiências realizadas ao longo de todos os séculos de desenvolvimento social, seja pela construção de saberes e fazeres docentes. As metodologias também se organizam e reorganizam em função da qualidade educacional. A educação persegue modelos, traça metas e busca o alcance de objetivos que confirmem ao educando uma formação completa e que a ele proporcione, tanto a realização pessoal quanto a profissional e, principalmente, promovendo meios para que esse estudante disponha de reais condições para ser absorvido plenamente por oportunidades que o mundo do trabalho oferece. Isto quer dizer da adequação do processo ensino-aprendizagem ao tempo de hoje, às necessidades reais da vida e do mundo moderno.

Chega-se a uma época de alguns consideráveis avanços em todos os campos do conhecimento humano, há uma crença de que tudo se torna mais fácil, acessível, prático. Entretanto, alcança-se um grau de civilização que apresenta um quadro de nuances muito diferenciado; de desenvolvimento em todos os campos, de busca de mais e mais conhecimento e informação, de uma sede de construção de saberes e fazeres, de compartilhar teorias e práticas do cotidiano escolar. Forma-se um corredor de atletas em movimentação intensa, cada um com o objetivo garantir para si um espaço social sólido. Por outro lado, e ao se considerar as feições do mundo globalizado e suas exigências urgentes, cria-se um centro de conflitos, tensões e de desorientações porque todos os eventos ocorrem ao mesmo tempo e em uma velocidade imprevista e, por vezes, sufocante, estressante.

A educação brasileira, especialmente, ultrapassa a barreira de muitas tentativas, acomodações, reacomodações e legislações e se encontra em um ponto do caminho no qual se acumulam muitas angústias e incertezas, pois, todas as competências parecem ruir e todo o histórico educacional haver perdido a razão de ser. Como, então se pode iniciar uma trajetória para a reconfiguração da formação profissional e tentar a redefinição do papel do professor na

sociedade moderna? Não é possível apresentar uma resposta tranquilizadora para uma pergunta sobremaneira inquietante.

Esse desafio cresce em dimensões quando nos lembramos de que, afinal, um projeto que se proponha a formar recursos humanos competentes, deve aceitar também, o desafio de não negligenciar a dimensão ética e política que deveria mediar todo trabalho com vistas à formação de profissionais competentes. (AMARAL, 2010, p. 37)

A modernidade não espera que todos estejam preparados para as transformações, não estacionará para esperar que a sociedade autorize a largada. Trata-se de “pegar o bonde andando” e se equilibrar a contento. O mundo continuará oferecendo situações que precisam ser vencidas e às quais os sujeitos sociais se ambientem e possam interagir, dialogar e ajustar-se. Isto não quer significar uma submissão, mas uma compreensão da ordem natural das coisas. Todo o avanço e progresso se originam a partir da intervenção do homem na natureza e à sua capacidade de criação, inovação e reinvenção. Assim foi com a descoberta do fogo, a invenção da roda, da máquina a vapor, da lâmpada elétrica, do avião, da máquina fotográfica, da máquina de escrever, do cinema, do aparelho de TV e enfim do computador e de todas as formas de equipamentos da moderna tecnologia que não para de surpreender a humanidade. Tal tecnologia chegou à sala de aula e este é um assunto muito sério, tendo em vista o despreparo quase que total do enfrentamento desses encontros e desafios.

Na opinião de Litwin (1997, p. 9), é indispensável pensar em reformas, pois,

Além do conceito de qualidade, o melhoramento associa-se ao conceito de inovação que propõe hoje, geralmente, a utilização de novas tecnologias em aula e que implica novos projetos muitas vezes fundamentados em concepções de ensinar e aprender diferentes das propostas nos modelos curriculares. Requer-se nesses casos reconhecer qual é a concepção de ensinar e aprender contida na inovação, para analisar possíveis contradições ou dificuldades na prática. As inovações costumam ser definidas como uma nova proposta que inclui um melhoramento do sistema educacional ou nas práticas de aula.

O desafio que aqui se põe em evidência também se encontra na preocupação de Lion (1997, p. 35). A estudiosa, em sua reflexão sobre o campo da tecnologia educacional e o propósito de tratar de algumas propostas para sua reconceitualização, abre um espaço para o “intercâmbio de experiência entre docentes” que valorize a produção nesse sentido e, ainda, a tarefa cotidiana e a “pesquisa de categorias de interpretação do mundo que nossos alunos e nós mesmos construímos a partir da produção de tecnologia. *Um desafio possível?*”. Tendo em vista a proposição dos objetivos traçados, e para alcançá-los, este artigo se debruça sobre

as teorias tratadas por Amaral (2010), Litwin (2007), Castells (1999), Soares (2002), Coscarelli e Ribeiro (2011), Schuck et al (2007) e outros, relacionados no item Referências.

O presente estudo tem importância e se justifica no sentido de proporcionar ao pesquisador, aos docentes e acadêmicos em preparação para o magistério, um momento de reflexão sobre aspectos em debate no cenário educacional da modernidade com vistas aos conflitos gerados na interseção entre toda uma história educacional centrada na cultura do papel e a repentina transformação da sociedade globalizada, informatizada, conectada em rede, funcionando digitalmente e influenciando na forma de escrever no papel (manualmente/manuscrita). Pensa-se, pois, os desafios gerados pelo contexto da educação na atualidade, especialmente no que diz respeito à escrita manuscrita em língua portuguesa. A intenção é a de alargar a reflexão no sentido de pensar este ponto de estrangulamento no qual duas culturas colidem: a da escrita no papel e a da escrita na tela. Surge assim a incógnita: o que está acontecendo e o que acabará acontecendo à escrita?

Antes era o professor expondo conteúdos curriculares e o aluno escutando e anotando os conhecimentos depositados na mente pelo o detentor do saber, o lente, o mestre. Tais conhecimentos atendiam às exigências da tradição: a preparação religiosa, moral, cívica, ética e preparadora das elites. Antes eram os privilegiados, os que tinham acesso exclusivo ao saber. Antes eram os escravos, a mão de obra barata e espoliada, os sem oportunidades. Antes era a exclusão e a negação da escola para as populações pobres.

A expressão cultural maior portuguesa quinhentista/seiscentista é a religião. A sociedade se regia pela visão do *orbis christianus*: uma sociedade teocrática, uma sociedade organizada pelo princípio da relação hierarquizada, tendo Deus como a referência central e absoluta. A sociedade só tinha seu sentido nesta compreensão. O rei era, na sociedade, a referência maior, porquanto Deus o constituíra seu vigário. A organização das relações sociais vigente à época, ainda que pudesse ser outra, tinha como marca principal a sacralidade: tudo era forma de realizar a vontade de Deus; tudo estava voltado para o sagrado. Assim, rei, administradores, soldados, padres, comerciantes, funcionários públicos, artesãos, todos, cada qual em sua função, realizavam a reino de *Deus hic et nunc*. (PAIVA, 1992, p. 2)

Era uma sociedade que atendia e dependia da Corte Portuguesa e que ainda respirava a poeira do medievalismo. A nova terra vivia o período colonial e os jesuítas, fundadores dos primeiros colégios, eram os encarregados da educação doutrinária e, nesses moldes, pregava-se aos silvícolas o castigo e a obediência cega aos ditames do rei. Apesar das diferenças entre a terra conquistada e o país dos conquistadores. Esta é a realidade de uma educação agente da ação colonizadora.

Os colégios pareciam a salvaguarda da verdadeira cultura: todos o achavam natural; eram o lugar de formação da elite e, por isto mesmo, da conservação da sociedade. O regime de corte assim o exigia. Tudo girava ao redor desse regime. O que se produzia em Portugal se recebia no Brasil. A corte precisava dos letrados e dos colégios para se manter tal qual era. Mas aqui não havia corte: só capitães de terra e soldados. O contexto não era de manutenção mas de luta de construção, de conquista. Portugal se mantinha como Portugal. Pensava-se fazer daqui um outro Portugal. (PAIVA, 1992, p. 5)

Este foi o início, mas o que começa, se desenvolve. O país foi se formando e, junto com ele, a educação que tentava ser brasileira, ter uma identidade. À altura do século XVII, o país é predominantemente agrário, mesmo por causa de suas características naturais, de suas vastas terras e exuberância natural que enchiam os olhos dos conquistadores e da sociedade embrionária. E por ser agrária, era escravista. O escravo exercia a tecnologia da força braçal e tinha como seu companheiro de trabalho o animal, o boi; como tecnologia avançada o carro de bois cantando em seus ouvidos moucos. Esses seres humanos, segundo pensavam os poderosos, não necessitavam de leitura e nem de escrita, mas de força para o trabalho braçal.

A partir de 1759 começam a ser implantadas as “reformas pombalinas da instrução pública” que se contrapõem ao predomínio das idéias religiosas e, com base nas idéias laicas inspiradas no Iluminismo, instituem o privilégio do Estado em matéria de instrução. Temos, então, a influência da pedagogia do humanismo racionalista, embora se deva reconhecer que o Estado português era, ainda, regido pelo estatuto do padroado, vinculando-se estreitamente à Igreja Católica. (SAVIANI, 2005, p. 7)

Um marco importante no desenvolvimento cultural brasileiro ocorreu, no século XVII, com a chegada de Maurício de Nassau na cidade de Pernambuco. No século XVIII foi a vez da fundação dos seminários nos estados da Paraíba, Bahia e no Maranhão. Destacaram-se os colégios da Bahia (Todos os Santos) e o do Rio de Janeiro (São Sebastião), modelo de organização e de planejamento escolar envolvendo no currículo as letras, as artes e as ciências sagradas. A chegada de D. João VI ao Brasil em 22/01/1808, instaurou o período monárquico e o monarca decreta, então, a abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro.

Daí em diante o país toma um novo impulso, transcorre uma longa etapa histórica de mudanças, de reformas e legislações até que eclode o Movimento do Escolanovismo, em 1930. Sucessivamente, após esse momento inaugural, as transformações traziam novas perspectivas educacionais e, em meio a teorias as mais diversas, a pedagogia e a didática evoluíam entre as manifestações populares que clamavam pela inclusão e pela democratização do ensino de qualidade. Tropeços aqui e acolá pontuaram a história da educação nacional,

mas não se pode dizer que não houve esforços significativos para a evolução social e o atendimento a muitas das reivindicações dos cidadãos cansados do jugo da burguesia e das décadas de prejuízos.

As críticas à pedagogia tradicional formuladas a partir do final do século passado foram, aos poucos, dando origem a uma outra teoria da educação. Esta teoria mantinha a crença no poder da escola e em sua função de equalização social. Portanto, as esperanças de que se pudesse corrigir a distorção expressa no fenômeno da marginalidade, através da escola, ficaram de pé. Se a escola não vinha cumprindo essa função, tal fato se devia a que o tipo de escola implantado - a escola tradicional - se revelara inadequado. Toma corpo, então, um amplo movimento de reforma cuja expressão mais típica ficou conhecida sob o nome de "escolanovismo". (SAVIANI, 2008, p.7)

As teorias da educação, a Didática e a Pedagogia norteiam a ação docente com o objetivo de oferecer um ensino-aprendizagem de qualidade e que garanta a formação integral do cidadão conforme rezam os termos da Constituição Federal, em seu Capítulo III, Seção I,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A letra manuscrita foi criada pelos egípcios 5.000 anos antes de Cristo, tendo sido o aparecimento de um marco situado entre a pré-história e a história da civilização. Foram os desenhos pré-históricos que originaram os sinais e as letras. Estes sinais evoluem ao longo dos séculos e do processo de comunicação, se aperfeiçoam e simplificam em sua forma gráfico-visual, dispensando para o cotidiano, detalhes mais artísticos dos símbolos.

Os semitas das grandes civilizações estavam satisfeitos com seus sistemas de escrita. De um lado, no nordeste da África, predominava o sistema egípcio, e do outro, na Mesopotâmia, o sistema cuneiforme. Acontece, porém, que entre esses dois pólos de civilização viviam povos que não estavam comprometidos demais com essas culturas, mas que eram grandes comerciantes no Mediterrâneo. (CAGLIARI, s/d, p. 2).

Para Castells (1999, p. 413), foi aproximadamente no ano 700 a. C. que o alfabeto foi inventado na Grécia. Trata-se de uma tecnologia conceitual que, no parecer de estudiosos clássicos a exemplo de Havelock, "constituiu a base para o desenvolvimento da filosofia ocidental e da ciência como a conhecemos hoje. Tornou possível o preenchimento da lacuna

entre o discurso oral e o escrito, com isso separando o que é fado de quem fala impossibilitando o discurso conceitual”.

Toda a evolução do processo ensino-aprendizagem vem sendo construído pelas vias da aplicação de métodos que são levados a efeito de acordo com as disciplinas lecionadas. Cada método dispõe de um conjunto de estratégias que, por sua vez, são concretizadas através da ação docente. Para que essa ação se concretize o professor se utiliza de ferramentas: as tecnologias (materiais didáticos) que auxiliam a ministração dos conteúdos durante as aulas. Entre os materiais didáticos, os mais utilizados têm sido o quadro, o livro didático, o caderno, o lápis grafite e a borracha.

A alfabetização das crianças se inicia com os exercícios de coordenação motora preparatórios para o desenvolvimento da escrita manuscrita cursiva e aquisição do letramento. Todos os esforços dos pedagogos se concentram para que a criança tenha uma caligrafia regular, legível e ortografia. A caligrafia ainda hoje goza do privilégio de ser o cartão de visita de pessoas cultas e informadas. Será o advento da digitação eletrônica que dispensará o uso e o apuro no formato da letra manuscrita cursiva regular, legível e bela? Inclusive prestigiadas pelos *designers* que utilizam as fontes em seus projetos gráficos. Entre essas fontes, a Franklin Gothic Demi, a Garamond; e outras como estas usadas para várias finalidades: Freestyle Script, French Script MT, Vladimir Script, Informal Roman, Edwardian Script IT, Kunstler Script, Lucila Handwriting, Lucida Calligraphy, Monotype Corsiva.

Grazziotine e Gastaud (2010) pesquisaram um caderno de caligrafia para a análise de um tempo escolar em que a boa letra era uma exigência e um selo de qualidade do seu portador. Com o objetivo de alcançar sucesso na empreitada de obter dos alunos um tipo de letra boa, regular/homogênea, legível e também elegante/bonita, a professora não media linhas, nem esforços e nem castigos. Inclusive, as autoras examinam aspectos sociais que pautavam as páginas dos antigos cadernos de caligrafia, durante o século XIX: patriotismo, ufanismo, pertencimento, civismo, a exemplo de “A nossa pátria é rica e bela” (p. 217).

A influência da máquina é tanta que nos Estados Unidos, alguns estados já aboliram da fase da alfabetização escolar a escrita manuscrita cursiva, a exemplo do Estado de Indiana, mesmo tendo os norte americanos uma tradição de privilegiar a caligrafia de qualidade. Novos procedimentos são recomendados em função da “ênfase na aprendizagem da letra cursiva – escrita manuscrita em que as letras são arredondadas e ligadas umas às outras pelas pontas – e focar em outras habilidades, como a digitação de textos em teclados” (BORTONI, 2011, p. 1).

A estudiosa Soares (2002) se reporta à questão da leitura e da escrita, do letramento na chamada cibercultura e tenta uma diferenciação entre a cultura do papel e a cultura da tela, ou cibercultura, uma melhor compreensão do conceito de letramento, confronta tecnologias tipográficas e tecnologias digitais de leitura e de escrita, argumenta que cada uma dessas tecnologias tem determinados efeitos sociais, cognitivos e discursivos. A partir da reflexão que apresenta em seu trabalho, a estudiosa conclui que se torna inadiável uma compreensão de letramento para além do sentido trivial desta palavra, restrito “apenas a práticas de leitura e de escrita no contexto de uma cultura do papel, um novo sentido, consequência do surgimento, ao lado da cultura do papel, de uma cibercultura”. Portanto, entende-se que “letramento é fenômeno plural, historicamente e contemporaneamente: diferentes letramentos ao longo do tempo, diferentes letramentos no nosso tempo”. (SOARES, 2002, p. 14).

Impossível, por outro lado, é desprezar o debate sobre o letramento digital. A tendência que aponta no horizonte educacional é a de privilegiar o novo do contexto atual das TIC e sua combinação com o tradicional, para disto obter melhores resultados educacionais.

Inclusão digital, segundo o livro digital da Câmara dos Deputados Federais é o “processo de alfabetização tecnológica e acesso a recursos tecnológicos, no qual estão incluídas as iniciativas para a divulgação da Sociedade da Informação entre as classes menos favorecidas, impulsionadas tanto pelo governo como por iniciativas de caráter não governamental”. Embora os termos “governo eletrônico” e “infoinclusão” não se confundam, neste trabalho são abordadas políticas e iniciativas relacionadas a ambas as temáticas, visto que, na sua maioria, os instrumentos de e-governo se destinam, em última instância, a promover a inclusão digital e social do cidadão. (SCHUCK et al, 2007, p. 2)

Na exposição de Coscarelli e Ribeiro (2011, p. 9), a educação, as instituições, os professores, os educadores e alunos, todos estarão sujeitos a mudanças oriundas da convergência digital. E, assim como acontece nos bancos, por exemplo, a virtualização atingirá a educação e as escolas virtuais não serão fruto da imaginação, mas a realidade, isto a depender de “tempo, abrangência e custo”. Para essas autoras, a cultura escrita e impressa estabilizou gêneros como a carta, o conto, o bilhete, o anúncio classificado, a notícia de jornal, o editorial ou o artigo científico. A cultura escrita digital, por sua vez, “reconfigurou certos gêneros e originou outros tantos, conhecidos hoje como o e-mail, a conversa de chat, os gêneros postados em blogs e os textos produzidos para webjornais”. E o letramento passa a ser entendido com a “ampliação do leque de possibilidades de contato com a escrita também em ambiente digital (tanto para ler quanto para escrever)”

Ler e escrever são dois polos distintos da discussão, criam polêmica e dividem opiniões entre as famílias e os estudiosos. Inclusive se discute sobre o tipo de letra, se cursiva ou se letra de fôrma/imprensa, esta considerada pelos estudiosos da pedagogia e da psicopedagogia, a preferida e a mais fácil para as crianças. A professora e pesquisadora, Isabel Frade, acredita que "Se o aluno tem uma letra de fôrma legível, e sofre para escrever a cursiva, melhor deixá-lo escrever com a primeira". (TERENZI, 2011, s/n de página).

Medel (2008, p. 1), ao iniciar o seu trabalho sobre alfabetizar letrando, é categórica ao afirmar que "Na etapa inicial, isto é, na Educação Infantil, a escola tem a obrigação de ajudar o aluno a se apropriar da escrita alfabética e a informatizar o seu uso".

A partir do desempenho docente e do cumprimento dessa obrigação a que se refere Medel, é que o aluno avança no Ensino Fundamental, carregando alguns sucessos e alguns fracassos. Daí a repetida conversa muito longa sobre jovens que alcançam séries avançadas sem que saibam ler e escrever. Constrói ao longo dessa trajetória um sofrimento de duas partes, dos docentes e dos discentes. Promove-se a caça às bruxas enquanto os números das estatísticas se mostram implacáveis quanto ao desempenho estudantil no domínio da leitura e da escrita - neste caso, não diz diretamente respeito ao tipo de letra ou se o texto é manuscrito ou digitado.

O raciocínio da presente argumentação procura entender este ponto crucial em que assistimos aos jovens digitando em teclados de computadores e também de telefones celulares, dessa forma distanciando-se completamente do exercício de escrever no papel. Adultos também há que pouco utilizam agendas de papel, canetas e lápis. A maioria das atividades e anotações em geral segue para os arquivos de *Word*, pastas em geral, pastas no *Hotmail*; *pendrives*, HDs, e ainda CDs e DVDs. Chegará a Humanidade, daqui a um par de séculos, a ter, no planeta, uma civilização sem escrita manuscrita/cursiva?

Segundo Carvalho (2004, p. 3),

O Word é considerado um dos melhores Editores de Textos, pois nos fornece todas as ferramentas necessárias para a criação dos nossos trabalhos. Você inicia o Word de dentro do Windows. Se o Windows não estiver rodando, inicie primeiro o Windows, depois inicie o Word, pois ele é um programa "for Windows", isto é, necessita do Windows para funcionar.

Não se trata de elaborar uma proposta de retrocesso e nem de criticar negativamente a digitação virtual, inumeráveis benefícios ela presta ao mundo letrado e numerado. A máquina de datilografia também marcou positivamente um bom período do avanço da civilização. Entretanto, dispensa-se até a exemplificação de situações de comunicação escrita em que a

forma manuscrita, o papel e a caneta serão imprescindíveis. E a escola tem muita responsabilidade sobre isto. Pode ser que venha um tempo em que a escrita manuscrita seja totalmente dispensada. Pode mesmo ser que o papel e a caneta se tornem peças de museu, como tantos outros aparatos se tornaram. Pode ser que este tempo não chegue tão prontamente. E mesmo que ele chegue rápido, à escola cabe valorizar e preservar os valores de cada época, ícones da história de um povo.

Outro aspecto da questão das diversas formas de ler e de escrever modernas tem causado uma certa indisposição, especialmente aos mais tradicionais, guardiões da Língua Portuguesa e de sua beleza. Às vezes, no intuito de preservar o idioma, há os que exageram e se esquecem da característica de mobilidade e de renovação, do organismo vivo e em movimento que é a língua e de todas as nuances das linguagens. Como, então se pensar um equilíbrio de forças no sentido de se tentar encontrar saídas e meios para entender o fenômeno promovido pelo advento das modernas tecnologias? Como se repensar um caminho através do qual se alcance a segurança no processo da comunicação escrita? O que fazer em sala de aula para que os alunos possam desenvolver o senso crítico no sentido de observar os diversos lados da questão? Que língua, enfim, se está formando no contexto da desenfreada carreira das tecnologias avançadas? Como os professores de gerações anteriores conseguirão também ler e escrever a nova língua que se impõe e que tem força própria?

A escrita virtual tem gerado muitas polêmicas. Ultimamente, cada vez mais usuários cometem erros de pontuação, gramática, ortografia, ou mesmo no emprego de maiúsculas e minúsculas. Algumas pessoas chegam a escrever errado só para parecerem modernas: "vc naum quer tb?" – "Você não quer também?". Será que todas as pessoas gostam deste modernismo? (Andrade, 2001, sem página)

A questão de gosto não importa tanto quanto a avassaladora mudança que não se pode esconder atrás da porta ou fingir não ver, não ler e não ouvir. Passou a fase em que muitos queriam polemizar a modernidade tecnológica com o intuito vão e inocente de nocauteá-la. É o tempo em que se tem que aprender e trocar experiências entre os docentes e também contando com a parceria dos discentes.

O que, então, podem fazer de concreto os docentes no sentido de enfrentar este momento de impasse de tal forma que encontrem soluções exequíveis e possam se situar diante da questão aqui tratada?

O foco maior continua sendo a fase de alfabetização/letramento tendo em vista que é o momento inicial do processo de aquisição da leitura e da escrita. Daí as crianças seguirão em

frente já direcionadas. A propósito disto, lembre-se, neste ponto, que a letramento digital do pré-escolar já é um fato em diversas escolas, especialmente da rede particular de ensino.

Ora, é voz geral que as crianças desta geração “nascem sabendo” utilizar as tecnologias com natural facilidade. Claro que há uma incomensurável questão envolvida em tal afirmação. Do ponto de vista da Pedagogia, a situação exige sérios estudos e que estão relacionados às diversas teorias sobre a aquisição da leitura e da escrita. Neste particular, bem acolhidas são as ponderadas palavras de (BUZATO, 2006, p. 10-11):

É certo que a formação de professores deve contemplar um "currículo" cuidadosamente montado a fim de fomentar habilidades de leitura e escrita no meio digital, mas, como sabemos, ensinar e aprender não são sinônimos de exercer habilidades: são práticas sociais que dependem da relação entre professor – aluno, ao mesmo tempo em que a estruturam.

Suponha-se que, estando preparado o docente para a difícil tarefa de conduzir o processo ensino-aprendizagem e da aquisição da leitura e da escrita, simultaneamente, no modelo convencional, utilizando livros, cadernos, lápis, borracha e outros e, ainda, o computador. As crianças prosseguiriam normalmente sua vida estudantil e dominariam várias formas de ler e escrever. Isto é, poderiam, tranquilamente, seguir pelas várias situações da vida pessoal e profissional seguros diante de desafios que porventura lhes surgissem, o que se torna um exercício de cidadania. Não seria difícil relacionar possíveis momentos e espaços onde e quando indivíduos se encontrariam na necessidade de usar o papel e o lápis para fazer algum tipo de anotação ou mesmo enviar uma mensagem. Além do que, a autonomia que sobre esses indivíduos paira no momento em que podem demonstrar a habilidade em resolver problemas a partir da capacidade de utilização da variedade de opções de leitura e escrita.

A alfabetização em informação deve criar aprendizes ao longo da vida, pessoas capazes de encontrar, avaliar e usar informação eficazmente, para resolver problemas ou tomar decisões. Uma pessoa alfabetizada em informação seria aquela capaz de identificar a necessidade de informação, organizá-la e aplicá-la na prática, integrando-a a um corpo de conhecimentos existentes e usando-a na solução de problemas. (SILVA et al, 2005, p. 33).

Esta breve exemplificação teórica sobre o que vem a se constituir em alfabetização em informação demonstra claramente que não é tão simples quanto tantos podem julgar preparar integralmente os alunos para um ensino-aprendizagem de qualidade e ajustado ao contexto atual. Além do que, é impossível se alcançar tal meta sem a formação docente e, desta vez, ainda mais planejada, ampla. No entremeio dessa alfabetização é que se construirá o conhecimento sobre como e porque se deve ou não insistir em preservar e exercitar o

tradicional em pé de igualdade com o novo. Neste caso, a manutenção da escrita manuscrita cursiva convencional e a aprendizagem e exercício da escrita digital, aproveitando de ambas as formas todas as suas vantagens.

Um estudo sobre as práticas de leitura e escrita digitais no ambiente da docência universitária também confirma a complexidade dessa nova perspectiva de letramento<sup>1</sup> e constata que o letramento digital é pouco estudado e pouco difundido no meio acadêmico, pois “uma parte muito significativa dos docentes entrevistados desconhece questões conceituais sobre o letramento digital mesmo eles estando diretamente envolvidos em práticas de letramento mediadas por computador” (SILVA *et al*, 2005, p.09). Ainda repensando em como traçar caminhos para a equalização da situação de desafio, coloque-se em pauta que as novas tecnologias incorporam antigas tecnologias, sem que promovam rupturas com as práticas tradicionais, mas ampliando as suas possibilidades de uso e potencializando formas de disseminação e imposição de “novos modos de construção do discurso” (GLÓRIA, 2004, p. 25)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as reflexões desenvolvidas nesta exposição sobre a educação frente à moderna tecnologia e, mais exatamente, o ensino da língua portuguesa nas séries do Ensino Fundamental, tendo em vista o impasse criado entre a utilização da escrita manuscrita/cursiva e a escrita digital, evidencia-se ser o debate ainda inicial e muito há a ser discutido, construído, experienciado e avaliado. Entre outros aspectos se observa que ainda persiste uma aura de alheamento ao fato de que novas gerações estão sendo formadas em um ambiente plural, um contexto multifacetado no que concerne à evolução da tecnologia e o salto que imprime sobre o processo educacional, proporcionando surpresas e aumentando a necessidade de preparação, de formação específica do docente para a convivência harmônica entre tendências tradicionais e modernidades.

---

<sup>1</sup> O termo letramento, de origem na língua inglesa (literacy) é também motivo de acordos e desacordos e compreende as diversas formas de ler e escrever.

“No Brasil, o termo letramento não substituiu a palavra alfabetização, mas aparece associada a ela. Podemos falar, ainda nos dias de hoje, de um alto índice de analfabetos, mas não de “iletrados”, pois entre estudiosos sabemos que um sujeito que não domina a escrita alfabética, seja criança, seja adulto, envolve-se em práticas de leitura e escrita através da mediação de uma pessoa alfabetizada, e nessas práticas desenvolve uma série de conhecimentos sobre os gêneros que circulam na sociedade. Assim, por exemplo, crianças pequenas que escutam frequentemente histórias lidas por adultos, são capazes de pegar um livrinho e fingir que leem a história, usando, para isso, a linguagem característica desse gênero” (SANTOS E MENDONÇA, 2007, p. 16 e 17).

Fato é que novas formas de ler e de escrever pontuam o cenário da educação mediada pelas novas tecnologias. Especialmente importante é o desafio que aponta na convergência de um letramento tradicional feito no papel e utilizando principalmente o lápis grafite e uma realidade na qual quase tudo se aprende, se ensina, se lê e se escreve na tela de um computador conectado à Internet. O lápis foi substituído pelo teclado em diversas versões, desde o computador comum de mesa ao smartphone. As crianças dominam a utilização desses e de outros artefatos, mas isto não significa dizer que educacionalmente esse fazer os encaminhe necessariamente na vida pessoal e na vida profissional, ainda levando em conta que os professores sequer sabem que fazeres são esses dos jovens.

A evolução histórica do processo educacional brasileiro se desenvolve entre teorias, práticas e crenças dos docentes, atendimento aos anseios sociais e familiares; entre reformas, movimentos e legislações gerais e específicas. Forma-se um conjunto monumental de dispositivos, mas não se conseguiu até agora encontrar o fim do arco íris da qualidade do ensino-aprendizagem.

A discussão das teorias sobre o advento da moderna tecnologia em sala de aula e suas consequências sobre a escrita/manuscrita tradicional no papel contribui no sentido do reposicionamento do professor quanto à tomada de consciência sobre a necessidade de formação continuada. A realidade do contexto atual não apenas exige, mas obriga.

Considerar o encontro do ensino tradicional com os desafios enfrentados pelos docentes no sentido de um novo conceito de aprendizagem relativo à escrita manuscrita perante o crescente uso da digitação nos computadores e o conseqüente abandono de recursos tradicionais como o papel, a caneta e o lápis exige a construção de novos saberes e fazeres didáticos-pedagógicos. E, como se diz popularmente, “isto é pra ontem”.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Lúcia. Significados e contradições nos processos de formação de professores. *In* DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ANDRADE, Leila Minatti. **A escrita, uma evolução para a humanidade**. In: Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 1, número 1, jul./dez. 2001.

BORTONI, Stella (2011). **O ensino do manuscrito deve ser abolido? Disponível em:** [http://www.stellabortoni.com.br/index.php?view=article&catid=45%3Ablog&id=3306%3Ao-ensino-do-manuscrito-deve-ser-abolido&format=pdf&option=com\\_content&Itemid=1](http://www.stellabortoni.com.br/index.php?view=article&catid=45%3Ablog&id=3306%3Ao-ensino-do-manuscrito-deve-ser-abolido&format=pdf&option=com_content&Itemid=1). Acesso em 11/04/2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BUZATO, Marcelo E. K. **Letramentos Digitais e Formação de Professores**. Disponível em: [http://www.educared.org/educa/img\\_conteudo/marcelobuzato.pdf](http://www.educared.org/educa/img_conteudo/marcelobuzato.pdf). Acesso em 01/06/2012.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **A Origem do Alfabeto**. Disponível em: <http://www.dalete.com.br/saber/origem.pdf>. Acesso em 17/04/2012.

CARVALHO, Flávia Pereira de. (2004) **Apostila de Editor de Textos – Word**. FACCAT. Faculdades de Taquara. Disponível em: [http://fit.faccat.br/~fpereira/apostilas/apostila\\_word\\_out2004.pdf](http://fit.faccat.br/~fpereira/apostilas/apostila_word_out2004.pdf). Acesso em 01/06/2012.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura**. V.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. 3. ed. – Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2011.

GLÓRIA, Julianna Silva. **Letramento digital: estudo sobre práticas escolares de leitura e escritura no computador vivenciadas por alunos/usuários da rede pública de ensino**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Educação. Belo Horizonte Faculdade de Educação da UFMG, 2004

GRAZZIOTINE, Luciane Sgarbi S.; GASTAUD, Carla. **Nos traços de caligrafia, indícios de um tempo escolar**. Disponível em: História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 30 p. 207-226, Jan/Abr 2010. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em 19/05/2012.

LION, Carina Gabriela. Mitos e realidades na tecnologia educacional. *In* LITWIN, Edith. **Tecnologia Educacional: política, histórias e propostas**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas: 2007, pp. 23-36.

LITWIN, Edith. **Tecnologia Educacional: política, histórias e propostas**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas: 2007.

MEDEL, Cássia Ravena M. de Assis. **Alfabetizar letrando**. Revista Ibero americana de Educación. ISSN: 1681-5653 nº 46/3–25 de mayo de 2008.

PAIVA, José Maria de. **Educação e Cultura: a sociedade brasileira nos séculos XVI e XVII**. Disponível em: <http://www.unimep.br/~jmpaiva/educacao-e-cultura.pdf>. Acesso em 15/04/2012.

SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia. **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Disponível em:

[http://www.joinville.udesc.br/portal/professores/maria/materiais/Saviani\\_Concep\\_\\_es\\_Pedag\\_gicas\\_\\_2005.pdf](http://www.joinville.udesc.br/portal/professores/maria/materiais/Saviani_Concep__es_Pedag_gicas__2005.pdf). Acesso em 15/04/2012.

\_\_\_\_\_. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHUCK, Eliana Ines; QUEROTTI, N. Goulart; DA CRUZ, Marcia E. J. Kniphoff. (2007) **Alfabetização Digital: democracia e acessibilidade**. Disponível em: [http://www.seminfo.com.br/anais/2007/pdfs/weitche2007\\_7.pdf](http://www.seminfo.com.br/anais/2007/pdfs/weitche2007_7.pdf). Acesso em 10/04/2012.

SILVA, Helena et al . Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Cência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, 2005.

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita: Letramento na cibercultura**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20/03/2012.

TERENZI, Gabriela. **Tipo de letra na Alfabetização: Letra cursiva ou de fôrma? Antes do traçado, é preciso pensar na decifração**. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/nomade/midia/docs/294/phpJkzSFC.pdf>. Acesso em 10/04/2012.

---

<sup>i</sup> Licenciada em Letras Português/Espanhol da Faculdade Pio Décimo. Especialista em Educação e Gestão. Docente de Língua Inglesa no Colégio Pio Décimo. E-mail: [debora.vianna@hotmail.com](mailto:debora.vianna@hotmail.com)

<sup>ii</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Tiradentes (UNIT), especialista em Metodologia do Ensino, graduada em Pedagogia e Direito. Docente da Faculdade Pio Décimo (Aracaju-SE). Membro do Grupo de Pesquisa GPGFOP/UNIT. E-mail: [josevianiatguedes@gmail.com](mailto:josevianiatguedes@gmail.com)

<sup>iii</sup> Licenciatura Plena em Letras Vernáculas Português/Inglês pelo Instituto de Letras, Artes e Comunicação da UFS/1972. E-mail: [tania88meneses@hotmail.com](mailto:tania88meneses@hotmail.com)